

A infância como dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação

4

*Childhood as apparatus: a foucauldian approach to
thinking about education*

*Infância como dispositivo: un enfoque foucaultiano
para pensar en la educación*

DOI: 10.18226/21784612.v22.n2.04

Andrea Braga Moruzzi*

Resumo: Este artigo investe na ideia de que a infância é um dispositivo histórico do poder. Tem-se como referência analítica Foucault (1977) que concebe a noção de dispositivo em suas discussões a respeito da sexualidade. A reflexão engendrada consiste em apresentar a ideia de que, a partir do momento em que a criança se torna um dos grupos estratégicos do dispositivo da sexualidade, produz-se sobre ela um conjunto heterogêneo de regimes de verdades e práticas, o qual configura uma maneira de ser e ter uma infância, influenciando significativamente nas perspectivas pedagógicas modernas. Nesta abordagem, não é possível pensar em infância de forma desassociada do conceito de sexualidade. A discussão apresentada decorre de pesquisa bibliográfica conceitual que articula *sexualidade e dispositivo* de modo a convergir com a ideia de infância. Observa-se que o conceito de dispositivo é pouco detalhado em Foucault, de modo que o texto dialoga também com Deleuze (1999), Agamben (2005) e Veyne (2009). Considera-se que todo dispositivo possui: linhas de visibilidade e de enunciação que são, respectivamente, máquinas de *fazer-ver* e de *fazer-falar*; linhas de força, que sustentam os campos de visibilidade e os regimes de enunciabilidade; e linhas de subjetivação que são, segundo Deleuze (1999), a dimensão do *si próprio* e que configuram o sujeito infantil. O artigo apresenta três grupos de práticas articuladas a essas características: as práticas pedagógicas; as práticas divisórias e identitárias de gênero e de

* Doutora em Educação. Professora no Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, SP. E-mail: deab.moruzzi@gmail.com

sexualidade; e as práticas médicas. Observa-se que, para Foucault, o dispositivo da sexualidade disciplina os corpos, regula e normaliza a população, regulamenta o prazer e os saberes sobre sexo e, além disso, ocupa-se, por meio desse regime sobre sexo, da preservação da espécie humana. A infância, como dispositivo na perspectiva apresentada neste trabalho, também regulamenta a criança, constituindo-a como *sujeito infantil*, estabelecendo uma pedagogia e uma ciência que compuseram o pensamento pedagógico moderno sobre e para a infância, ocupando-se também da preservação e da manutenção da criança.

Palavras-chave: Infância. Educação. Foucault. Dispositivo.

Resumen: Este artículo inviste en la idea de que la niñez es un dispositivo de energía histórico. Tiene referencia a Foucault (1977) el cual concibe la noción analítica de dispositivo en sus discusiones sobre la sexualidad. Una reflexión engendradora consiste en presentar la idea de que, desde el momento en que el niño se convierte en uno de los grupos estratégicos del dispositivo de la sexualidad, sobre él se produce un conjunto heterogéneo de verdades y esquemas prácticos que configuran un modo de ser y de ter una niñez, influyendo significativamente en las perspectivas educativas modernas. En este enfoque no es posible pensar en la niñez de forma dissociada del concepto de sexualidad. La discusión presentada surge de una investigación bibliográfica que articula la *sexualidad y dispositivo* de modo a convergir con la idea de niñez. Se observa que el concepto de dispositivo es poco detallado en Foucault de modo que el artículo dialoga también con Deleuze (1999), Agamben (2005) e Veyne (2009). Se considera que todo dispositivo tiene: líneas de visibilidad y de enunciación que son, respectivamente, sistemas de *hacer ver* y de *hacer hablar*; líneas de fuerza, que apoyan los campos de visibilidad y los regímenes de enunciabilidad; y líneas de subjetivación que son, según Deleuze (1999), la dimensión de *sí mismo* que configuran el sujeto infantil. El artículo presenta tres grupos de prácticas vinculadas a estas características: las prácticas pedagógicas, las prácticas de división y de identidad de género y de sexualidad y las prácticas médicas. Se observa que, para Foucault, el dispositivo de la disciplina de la sexualidad disciplina los cuerpos, regula y normaliza la población regula el placer y los saberes sobre sexo y, además, trata, a través de este esquema sobre sexo, de la preservación de la especie humana. La niñez, como dispositivo en la perspectiva presentada en este artículo, también regula al niño constituyéndolo en “sujeto infantil”, estableciendo una pedagogía y una ciencia que compuso el pensamiento pedagógico moderno sobre y para la niñez, ocupando también la preservación y el mantenimiento del niño.

Palabras clave: Infancia. Educación. Foucault. Dispositivo.

Abstract: This article defends the idea that childhood is a historical apparatus of power. Foucault (1977) is used as an analytical reference, given the notion of apparatus in his exploration of sexuality. The engendered reflection presents the idea that from the moment that children become one of the strategic groups of sexuality apparatus, a heterogeneous set of truths and practices is imposed on them, configuring a way of being a child and having a childhood, significantly influencing on modern pedagogical perspectives. On this approach, it is not possible to think about childhood dissociated from the concept of sexuality. The presented discussion is based on a conceptual bibliographic research that articulates about Sexuality and Apparatus in order to converge with the idea of childhood. It has been observed that Foucault's apparatus concept is not broadly detailed, and therefore this article also dialogues with the ideas of Deleuze (1999), Agamben (2005) and Veyne (2009). It is considered that all apparatuses have: visibility and enunciation lines that are, respectively, machines for *making one see* and *making one speak*; force lines that sustain visibility fields and enunciability regimes; and subjectification lines that are, according to Deleuze (1999), the dimension of the "self", and that configure the child-subject. Three groups of practices that are connected with the characteristics of these apparatus are going to be presented: pedagogical practices, gender and sexuality division and identity practices, and medical practices. In Foucault's theory, the sexuality apparatus disciplines the bodies, regulates and normalizes the population, regulates pleasure and knowledge about sex, and also concerns itself with preserving the human species through this regime on sex. Childhood as apparatus, in the perspective presented by this article, also regulates the child, making her a *child-subject*, establishing a form of pedagogy and science that composed modern pedagogical thinking on and for childhood, concerning also the preservation and conservation of this other species, the child.

Keywords: Childhood. Education. Foucault. Apparatus.

Introdução

Este artigo deriva de pesquisa,¹ que procurou levantar e discutir as diferentes práticas que produziram a infância moderna, tendo como referencial teórico-analítico as considerações feitas por Foucault (1977) em torno da sexualidade. Mais especificamente, objetiva-se discutir a

¹ MORUZZI, Andrea Braga. A pedagogização do sexo da criança: do corpo ao dispositivo da infância. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar: São Carlos, 2012.

maneira pela qual a ideia de infância é produzida e mobilizada a partir de uma preocupação moderna com o corpo, com especial atenção ao corpo da criança.

Revisitando o conceito de *sexualidade*, observa-se que para Foucault (1977) existe uma pedagogização do sexo das crianças, consolidada a partir do século XVIII, cuja análise permite compreendê-la como um dos resultados de um processo de investimento no corpo. As reformas morais e religiosas dos séculos XVI e XVII² produziram sobre a criança, seu corpo e qualquer gesto afetivo ou sexual sobre o corpo, uma espécie de vergonha e de pudor. Houve um investimento na moralização e o início de um processo de normalização³ das crianças que ocorreu, entre outras formas, por meio da educação.

No período das Reformas Religiosas dos séculos XVI e XVII, havia o interesse em silenciar o corpo e qualquer relação com o sexo, produzindo toda uma arquitetura em torno desse silêncio e dessa vigia. Já no século XVIII, enfatizou-se falar sobre sexo e corpo ao considerar a existência de sexualidade nas crianças, de forma a exaltá-la e incitá-la. Foucault (1977) irá mostrar que essa explosão discursiva, que representa uma vontade de saber sobre sexo da criança é, na verdade, um condicionamento, ou, dito de outra forma, o que é dito ou não sobre sexo entra em um regime de verdade. Entra, por assim dizer, em uma rede muito complexa de poderes e saberes nos quais se controla quem diz e o que se diz. Foucault (1977, p. 100) chega a compreender que essa vontade de saber é, ao mesmo tempo, uma vontade de não saber.⁴ Trata-se, portanto, da colocação exata do sexo em determinada forma de discurso, no discurso considerado verdadeiro, científico, proferido pelos especialistas do saber e que conduziu toda a educação das crianças na Modernidade.

Essa explosão discursiva não é um investimento restrito ao sexo das crianças. Há, concomitantemente, um interesse oportuno sobre a criança, sobre o seu desenvolvimento, sobre seu pensamento, etc. Os dois

² Refere-se ao período das Reformas Religiosas que tiveram como ícone Martinho Lutero. Tais reformas tiveram impacto na configuração da infância na medida em que um de seus instrumentos foi a criação de escolas pautadas na evangelização e moralização das crianças.

³ O processo de normalização decorre da elaboração de uma norma, de uma referência posta como normal.

⁴ No regime de verdade produzido sobre as crianças e sobre sua sexualidade, a realidade *subterrânea* dos corpos e dos prazeres fica soterrada, coberta por aquilo que podia ser colocado em discurso, por aquilo que passa a ser proferido pelos especialistas.

sentimentos atribuídos à infância, tal como indica Ariès (1981), a paparicação e a exasperação, impulsionados pelo olhar sobre o corpo e sobre o sexo da criança, fazem emergir uma série de práticas discursivas que vão dizer o que é a criança, o que é a infância, como ela se desenvolve, quais são suas fases de desenvolvimento, quais são suas características físicas, morais, intelectuais, cognitivas, etc. Ou seja, as crianças também entram em um regime de verdade e no interior de práticas discursivas que servirão de alicerce à construção de uma “ciência da infância”. (GONDRA, 2000, p. 109). Essa ciência é expandida por uma literatura específica cujo mote era educar as crianças ou ensinar a educar as crianças. Uma literatura específica que irá produzir uma pedagogia com a disponibilização de certos conhecimentos sobre as crianças, pois não é possível educá-las sem conhecer sua “Natureza”.⁵

O que está em evidência, portanto, é o corpo, e, entre tantos, o corpo da criança. Esse corpo é, primeiramente, objeto de divertimento, de “paparicação” (ARIÈS, 1981) e de distração do adulto. A partir do século XVI, ele se torna objeto de vergonha, de pudor, um corpo que precisa ser coberto, moralizado, educado, vigiado e controlado nos mínimos detalhes. Nasce, segundo Foucault (1987, p. 120), uma técnica de poder específica sobre o corpo: a disciplina. A disciplina, diz ele “é a anatomia política do detalhe”.

A pedagogia moderna está inserida nesse contexto em que se esquadrinha o método, se organiza o tempo e o espaço, da forma mais produtiva e útil (FOUCAULT, 1987), mas se faz isso, sobretudo, a partir de certa definição de infância, de certa classificação da criança no tempo, na cultura, na natureza, na natureza do ensino e da aprendizagem. A pedagogia moderna é, portanto, uma espécie de efeito entre o esquadrinhamento do método e do esquadrinhamento do corpo e da criança.

Essa abordagem da pedagogia é também decorrente de uma nova demanda em relação à escolarização. A escola restrita e destinada a poucos membros do clérigo vai se expandindo, incorporando populações da nobreza, dos burgos e do campo. A escola vai deixando de ser uma instituição menor para se tornar uma das instituições de maior responsabilidade pelos desenvolvimento social e progresso. A criança

⁵ Trata-se de pensar e/ou buscar a essência da criança, sua verdade intrínseca, original, por meio da qual a educação irá atuar para transformá-la em homem.

entra, por assim dizer, em outra dimensão social a partir de sua localização no interior de uma massa desorganizada que passa a configurar a formação dos grandes centros urbanos. A criança passa a ser inserida, a partir do século XVIII, no interior de um dos problemas mais marcantes desse século: a “população”. (FOUCAULT, 2005, 2008).

Para Foucault (2005) o século XVIII representa um momento crucial da passagem da disciplina do corpo, do corpo individual, para o governo dos corpos, não como indivíduos, mas como espécie. Representa, portanto, a passagem da disciplina do corpo ao governo da população. Isso não significa compreender que a disciplina, vista como método e tecnologia do biopoder desaparece nesse momento para dar lugar à outra modalidade de poder: a biopolítica. Na realidade, a biopolítica só é possível a partir do biopoder. As práticas médicas e a literatura produzida no interior dessas representam o exemplo dessa intersecção entre biopoder e biopolítica.

É interessante notar, também, que as práticas médicas se dão em nome de uma proteção e de uma defesa da sociedade. Suas ações, seus pressupostos proferidos via literatura médica e suas práticas se dão a partir dessa justificativa. As crianças, nesse contexto, são compreendidas ora como seres indefesos, inocentes, em perigo, ora como seres perigosos. (FOUCAULT, 1977, 2005).

Para simplificar o modo pelo qual as práticas médicas vão agir nesse momento, poderíamos compreender que, a primeira ação foi a retirada das crianças das ruas. Um segundo momento consistiu em colocar tais crianças em algum lugar fechado para que elas fossem vigiadas e controladas mais facilmente. Um terceiro momento correspondeu em educá-las a partir, sobretudo, dos preceitos higienistas e eugenistas que configuravam as práticas médicas nesse período. O que está em jogo, nesse momento, é um novo esquadramento da criança e de seu corpo, que se deu por meio da disciplina, mas, sobretudo, por meio de nova atmosfera produzida sobre a criança, de novo regime de verdade e de novas práticas que objetivavam tornar visível certo modo de ser criança, certo modo de viver a infância e colocar a população (dentro dela, as crianças) em certo padrão de normalidade.

É possível compreender que essa nova atmosfera corresponde à educação dessa população no interior de determinada cultura, de determinado modo de viver, de se relacionar com o corpo e com a sexualidade, com nova maneira de se organizar, de habitar, de se

alimentar, etc. Em certos contextos, considera-se que esse novo regime de verdade, que essa nova atmosfera nas quais as crianças passam a ser inscritas, corresponde à formação de uma nação e aos processos que vieram a ser chamados de civilizatórios. (ELIAS, 1993).

Em relação a essa recente maneira de se relacionar com o corpo e com a sexualidade, Foucault (2001) evidencia alguns processos interessantes. Primeiro, a centralidade dada pela família, à configuração de um regime de verdade sobre a sexualidade dos casais, que produz certo tipo de família, que Foucault chama de “canguru”. (FOUCAULT, 2001, p. 315). Ao mesmo tempo, a emergência dessa família ocorre em função da própria centralidade dada à criança, a partir do século XVIII. Foucault (2001) compreende, na verdade, que essa concepção de família só existe e tem por condição a existência de certo tipo de infância. É a preocupação com o corpo da criança, e mais especificamente, com a masturbação e com a sexualidade que se desenvolve na infância que faz com que se eliminem todos os intermediários na educação das crianças para centralizá-las no seio da família sob a responsabilidade dos pais.

Ao mesmo tempo, o corpo e a sexualidade se tornam um instrumento importante de condicionamento da população, à medida que as taxas de natalidade, de procriação, de mortalidade, de doenças sexualmente transmissíveis, etc. são variáveis dessa população que precisa ser esquadrihada.

Foucault (1977, p. 47) compreende que a sexualidade é um dos instrumentos mais eficazes de controle, entendendo-a como um “dispositivo histórico do poder”, produzido e fabricado no interior de um conjunto heterogêneo de práticas discursivas, de leis, de medidas administrativas, de pressupostos científicos, religiosos, filosóficos, etc. Foucault (1977) entende, também, que esse dispositivo atua mais enfaticamente sobre alguns grupos estratégicos, entre eles, a criança e a família.

O debate até então problematizado procura mobilizar o olhar do leitor para a proposta do presente artigo, qual seja, mostrar que a pedagogização do sexo das crianças, processo discutido por Foucault (1977), envolve diferentes práticas que se inscrevem no corpo e que vão produzindo, ao longo dos séculos, certo modo de se relacionar com o corpo e com a sexualidade e, ao mesmo tempo, certo modo de se organizar, de habitar, de viver, etc. Dito de outra forma, a pedagogização do sexo das crianças é um processo que vai do corpo à configuração de

certa normalização às crianças, isto é, à configuração de certa infância. Esta análise parte do pressuposto de que, por serem um dos grupos estratégicos do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1977, p. 94), as crianças entram também em uma rede complexa de saberes e poderes. Autores como Narodowski (1993), Corazza (2000, 2001, 2002), Bujes (2000, 2002), entre outros, localizam de diferentes maneiras o modo pelo qual as crianças estão inseridas nessas redes. Explicam que a infância é uma fabricação, uma invenção da modernidade, cujas funções estratégicas são variadas.

Se a infância é uma invenção, uma fabricação da modernidade, produzida no interior dessa rede complexa de poderes e saberes que constituem diferentes práticas, entre elas as pedagógicas e as médicas, e ainda, se essa invenção possui algumas funções estratégicas, é possível compreender que a infância, tal como a sexualidade, é também um dispositivo histórico do poder. Esta é a reflexão proposta neste artigo: realizar uma inflexão teórica ao pensar a infância a partir do conceito filosófico proposto por Foucault (1977) sobre a sexualidade, o dispositivo. Essa inflexão é a contribuição do presente artigo, pois possibilita compreender a maneira pela qual se configurou toda uma educação e o conjunto de artefatos que são dirigidos às crianças, para sua educação e sua normalização no interior de determinada compreensão do que é ter infância.

O conceito de dispositivo

Para Foucault (1977), a sexualidade é um dispositivo que funciona por mecanismos e saberes bastante divergentes. Primeiro, porque funciona a partir de técnicas “móveis, polimorfos e conjunturais” de poder. Engendra continuamente uma “extensão dos domínios e das formas de controle”; não se apoia no *status* da união, mas nas diretrizes das “sensações do corpo, nas qualidades dos prazeres”, nas mais tênues naturezas das impressões. Não interessa a acumulação de riquezas, mas se liga à economia por meio de numerosas articulações com o corpo produtivo e consumidor. Não cabe à reprodução, mas à proliferação intensa de saberes e mecanismos, que se inovam, se anexam, penetram no corpo de cada um e de todos. (FOUCAULT, 1977, p. 101).

Para Foucault (2008), a formação de um dispositivo possui sempre uma gênese que tem pelo menos dois momentos: o da escolha do objeto estratégico e o momento do preenchimento estratégico, consequência

da própria dinâmica do dispositivo, que rearticula os elementos heterogêneos que surgem dispersamente. Quando um dispositivo não mais responde às necessidades econômicas e sociais, uma série de saberes produzidos dispersamente é acionada, convergindo, preenchendo estrategicamente os vazios deixados e inscrevendo uma nova relação com outros dispositivos.

Uma das poucas definições que Foucault faz sobre o dispositivo é feita em uma entrevista em 1977, que Agamben localiza em *Ditos e escritos* 3, da edição francesa.⁶ A partir das definições colocadas por Foucault nessa entrevista, Agamben destaca os seguintes pontos: O dispositivo é:

um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. (2005, p. 9).

Segundo Agamben (2005), o dispositivo é uma rede estabelecida entre diferentes elementos, e sua função é sempre estratégica e inscrita em uma relação de poder. O dispositivo compõe uma rede que inclui a noção de episteme desenvolvida por Foucault, isto é, como descreve Agamben (2005, p. 10), “aquilo que em certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico”. Agamben refere que

o termo, no uso comum como no uso foucaultiano, parece se referir à disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito. (2005, p. 11).

⁶ Nas publicações em português, é possível encontrar elaborações bem próximas a essa feita por Agamben (2005) em *Microfísica do poder* (2008).

Assim define Agamben:

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. (2005, p. 13).

O autor salienta que o capitalismo e a modernidade produzem inúmeros dispositivos que se acumulam, se proliferam, de modo que não há um instante da vida dos *seres vivos* que não seja atravessado por diferentes dispositivos. *Seres vivos*, no caso, são as substâncias vivas e, entre elas e os dispositivos, configuram-se os *sujeitos*. Portanto, o sujeito é a relação existente entre seres vivos e dispositivos. (AGAMBEN, 2005, p. 13-14).

Os dispositivos estão inscritos no próprio processo de *hominização*, que tornam os seres vivos conhecidos como *homo sapiens* em *humanos*. (AGAMBEN, 2005, p. 14). Objetiva-se criar *corpos doces*, mas, sobretudo, *livres*, que assumem sua *identidade* de sujeitos, ainda que esses estejam, na verdade, assujeitados a essa dinâmica do poder. O que ocorre, entretanto, é que esse assujeitamento é subjetivado. Os desejos, os comportamentos, as aspirações hominizadas são, portanto, capturadas e subjetivadas pelo poder; sem esse processo de subjetivação, todo dispositivo agiria por meio da violência e não seria uma máquina de governo dos homens. A noção de dispositivo, portanto, tem uma estreita relação com a noção de poder desenvolvida por Foucault.

Foucault (2008) revela pelo menos três características fundamentais do dispositivo: a heterogeneidade; a sustentação pelas relações de força, isto é, sua relação direta com o poder; e a existência, sempre, de uma função estratégica, que procura responder a uma urgência.

A noção de heterogeneidade do dispositivo é debatida pelo autor, que evidencia certa ambiguidade, pois, ao mesmo tempo que existe essa heterogeneidade na sua constituição, existe também uma *gênese* em cada dispositivo. Isto é, se o dispositivo tem uma função estratégica, o que implica certa manipulação das relações de força e uma intervenção organizada sobre elas, existe sempre uma configuração do saber, ou seja, um regime de verdade, que sustenta e orienta essa manipulação. Trata-se de pensar a relação intrínseca entre saber e poder, pois o poder nasce de uma configuração do saber, que igualmente condiciona o poder. Foucault (2008, p. 246) vai, então, concluir que o dispositivo é isto: “Estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

Veyne (2009) correlaciona o conceito de dispositivo ao de discurso. O autor entende que o discurso é para Foucault o “quadro formal” por meio do qual conhecemos os objetos. Isto é, o discurso é o meio pelo qual conhecemos a materialização dos objetos. Só alcançamos uma *coisa em si* por meio das ideias que construímos sobre ela em cada época; o discurso é a “formulação última” dessa ideia. Quando Foucault utiliza essa expressão, está, segundo Veyne (2009, p. 12), referindo-se “à descrição mais precisa, à mais cerrada de uma formação histórica na sua nudez”. A *coisa em si* encontra-se *assoreada* em seu discurso de modo que não é possível separar os elementos. Entretanto, os discursos estão emaranhados em uma série de elementos dispostos ao seu redor: as leis, as normas, as instituições e os saberes, as palavras e os costumes, os ditos e os não ditos; nesse sentido, segundo Veyne (2009, p. 16), mais vale falar em “práticas discursivas” do que em discursos, ou ainda, mais vale falar em “dispositivos”.

Veyne (2009) insere Foucault num movimento que procurou construir uma história sociológica das verdades, em continuidade à “Genealogia da Moral” de Nietzsche. Foucault não negava a existência das verdades, entretanto, problematizava como é que determinados fatos entraram em uma rede de poderes e saberes tornando-se mais verdades do que outros fatos. A preocupação de Foucault é, portanto, entender certa “fabricação social e institucional das verdades”. (VEYNE, 2009, p. 99). Essa é a rede que Foucault denomina como dispositivo. Quando diferentes saberes, práticas, discursos, leis, medidas administrativas, instituições, pressupostos religiosos, filosóficos, etc., se empenham no sentido de produzir uma verdade sobre determinado fato, há a formação de um dispositivo. O dispositivo é o elemento de

convergência de todo esse conjunto heterogêneo de saberes e poderes. Veyne (2009) compreende que o dispositivo é formado, portanto, por “certo regime de verdade” juntamente com “certas práticas” que se inscrevem no real, partilhando-o em verdadeiro e falso. (VEYNE, 2009, p. 99).

Uma *civilização* é formada quando os indivíduos passam a falar em conformidade com o dispositivo do momento, sem que haja, necessariamente, um esforço ou uma violência física; os indivíduos passam a se constituir no interior desses dispositivos. A noção de sujeito, em Foucault, parte dessa compreensão, isto é, na desconstrução de um sujeito soberano, dono de si, alheio às práticas e aos regimes de verdade. Ao contrário, o dispositivo é justamente o que constitui o sujeito.

Entretanto, há, em toda parte e em todo indivíduo, o poder, o pensamento e a liberdade. A noção de dispositivo de Foucault, portanto, não inscreve o indivíduo num determinismo aos regimes de verdades e práticas, mas ao contrário, é bastante evidente, em sua teoria, a noção de que onde há poder há também resistência, que está no conceito de biopolítica. É nessa direção que Veyne destaca:

O dispositivo é menos o determinismo que nos produz que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem o nosso pensamento e a nossa liberdade. Estas ativam-se contra ele porque o dispositivo é ele próprio ativo; é um “instrumento que tem a sua eficácia, os seus resultados, que produz algo na sociedade, que está destinado a ter um efeito”. Não se limita a informar o objeto de conhecimento: age sobre os indivíduos e a sociedade; ora, quem diz ação, diz reação. (2009, p. 102).

O dispositivo tem uma relação produtiva na sociedade, assim como o poder. É, portanto, menos um limite posto às iniciativas dos indivíduos do que um obstáculo contra o qual essas se manifestam.

Para Deleuze (1999), Foucault desenvolve em seus trabalhos uma análise de diferentes dispositivos concretos. O autor compreende que o dispositivo não delimita um sistema homogêneo, tal como a noção de sujeito, de linguagem e de objeto, mas que traça linhas e direções que podem, a todo momento, ser rompidas, fragmentadas, invertidas. As características indicadas a respeito desse conceito são, primeiramente, as linhas de visibilidade e de enunciação, que são, respectivamente, máquinas de *fazer-ver* e de *fazer-falar*. A visibilidade não supõe um

objeto preexistente iluminado por um feixe de luz; ao contrário, a existência desse objeto condicionada justamente a essa luz. Da mesma forma, os enunciados não verbalizam verdades preexistentes, mas as produzem; dito de outra forma, os enunciados produzem regimes que dão origem a campos diversos de práticas discursivas. As curvas de visibilidade e de enunciação são sustentadas pelas linhas de força, que atravessam todos os dispositivos, mas nunca de forma homogênea. Essas, por sua vez, podem ser fraturadas pelas “linhas de fuga”, produzidas pelas “linhas de subjetivação”, que são, para Deleuze (1999), a dimensão do “si próprio”.

O dispositivo e a formação do sujeito infantil

Foucault afirma em “Por que estudar o poder: a questão do sujeito” (1995), que seu propósito, ao longo de duas décadas de investigação, foi compreender o modo pelo qual os seres humanos se tornam sujeitos, ou, dito de outra forma, Foucault procurou compreender os “modos de objetivação”, que tornam os seres humanos sujeitos. Sua investigação se baseou em pelo menos três modos: o primeiro deles trata-se da objetivação feita em diferentes investigações que procuraram acender ao estatuto da ciência, que pode ser, por exemplo, por meio do sujeito da linguagem ou do sujeito produtivo na economia e na troca de bens, ou ainda, na biologia, na história natural; o segundo modo de objetivação do sujeito ocorre por meio de diferentes práticas, as quais Foucault chama de “divisórias”, e essas, por sua vez, são as que fazem do sujeito um objeto que pode ser dividido, por exemplo, entre o louco e o são, o criminoso e o bem-comportado, o normal e o anormal, e podemos também supor o sujeito adulto e o sujeito infantil. Por fim, um último modo de objetivação, estudado por Foucault, ocorre por meio da sexualidade, a partir da qual os indivíduos se reconhecem como sujeitos de uma sexualidade. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

A questão posta por Foucault é: se os indivíduos são “apanhados” pelas relações de produção, como explicam a economia e a história, e pelas relações de sentido, como explica a linguística e a semiótica, “ele é igualmente apanhado nas relações de poder de uma grande complexidade”. Foucault faz críticas às análises empreendidas sobre o poder durante todo o século XIX e início do século XX, afirmando a necessidade de “alargar as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos utilizar essa definição para estudar a objetivação do sujeito”.

(FOUCAULT, 1995, p. 233). O tema *poder surge*, para Foucault, no âmbito da investigação dos modos de objetivação dos sujeitos, isto é, aos processos de subjetivação.

Em síntese, Foucault está falando de um poder que não, necessariamente, age de forma centralizada e por meio de repressão, mas, como reitera Veyne, tem a capacidade de conduzir a vida dos indivíduos

sem lhes pôr com a mão, os pés e as pernas, na posição adequada. É a coisa mais cotidiana e a mais bem partilhada; há poder na família, entre dois amantes, no escritório, no atelier e nas ruas de sentido único. Milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade da qual os indivíduos constituem o liço. (2009, p. 101).

Esses milhões de micropoderes aos quais Veyne (2009) se refere são instaurados por meio dos dispositivos. Por isso, a noção de que o dispositivo é o que constitui o sujeito. (VEYNE, 2009). Ou ainda, a de que o sujeito é a relação que se estabelece entre os seres viventes e os dispositivos. (AGAMBEN, 2005). O que está em pauta nessas discussões que partem de Foucault é que não existe um sujeito alheio aos regimes de verdades e práticas, não existe um sujeito fora da cultura, não existe um sujeito alheio aos dispositivos de seu tempo. O sujeito é sempre constituído, é sempre o indivíduo no contexto da socialização. (VEYNE, 2009, p. 110).

Retomando o debate até então formulado, podemos concluir que o sujeito para Foucault é sempre constituído pelos dispositivos de sua época; é, portanto, um *efeito* material dos dispositivos do poder-saber. O dispositivo é a rede que se forma a partir de conjuntos heterogêneos compostos por diferentes regimes de verdades e práticas; são as formas de ação e produção do poder-saber.

A partir dessas noções, é possível sugerir que a infância é um dispositivo do poder-saber que, por meio de diferentes modos de objetivação, que por sua vez estão inseridos em diferentes práticas, produzem os *sujeitos infantis*. Os *sujeitos infantis* são, portanto, constituídos por esse dispositivo – o dispositivo da infância. Dito de outro modo, os sujeitos infantis são *efeito* material do dispositivo da infância. Resta, portanto, mobilizar as características do dispositivo que compõem a infância.

O dispositivo da infância: alguns elementos para seguir pensando

Para Deleuze (1999), todo dispositivo possui: linhas de visibilidade e de enunciação compreendidas como máquinas de *fazer-ver* e máquinas de *fazer-falar*; todo dispositivo é sustentado por linhas de força que podem, a qualquer momento, se romper, se rearticular, se reorganizar, formando as “linhas de fuga”, que são também próprias do dispositivo. Por fim, todo dispositivo possui “linhas de subjetivação”; essa característica tem sido explicitada como a “dimensão do si próprio” do dispositivo.

Para referenciar a infância como dispositivo, é preciso indicar como essas características estiveram presentes na produção da infância moderna. É possível indicar, brevemente, que tais linhas estiveram presentes nas práticas médicas constituídas desde o século XVIII, nas práticas pedagógicas, que consolidaram majoritariamente a instituição escolar, enquanto disciplinar e toda uma concepção de educação para crianças, e nas práticas divisórias e identitárias de gênero e sexualidade que marcaram, classificaram e conduziram as crianças de acordo com tal procedimento. Cada uma destas práticas possui suas linhas de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação. Cada uma dessas práticas também é constituída por um conjunto heterogêneo de elementos que englobam instituições, práticas discursivas, leis, medidas, etc. Poderíamos pensar, inclusive, em dispositivos médicos, dispositivos disciplinares e dispositivos de sexualidade. Entretanto, o exercício de reflexão ora proposto é o de pensar a infância como dispositivo.

As práticas que neste texto chamou-se de *pedagógicas* correspondem, mais especificamente, àquelas inseridas nos contextos escolares ou àquelas que são produzidas a fim de direcioná-los e orientá-los. A história da criança e da infância tem uma correspondência com a forma pela qual as instituições escolares foram organizadas ao longo de diferentes períodos.

Ariès (1981) irá demonstrar, por exemplo, que escolas e colégios existentes até o século XV funcionavam como abrigos para uma população pobre e que, pouco a pouco, foram se tornando instituições cuja tarefa era ensinar. Nos séculos XVI e XVII, as escolas eram consideradas instituições de ensino, entretanto, o ensino aqui ministrado tinha uma função muito específica: afastar os jovens e as crianças dos assuntos mundanos, no caso, dos assuntos relacionados aos prazeres do corpo e da carne. A tarefa de ensinar fez com que escolas e colégios adotassem uma estrutura cada vez mais rígida e disciplinar. A disciplina como citado, é a “anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 1987, p. 120)

que opera sobre o corpo das crianças a partir de diferentes instrumentos, tais como: a distribuição dos indivíduos no espaço e no tempo, de forma a tornar o espaço cada vez mais visível e o tempo cada vez mais útil. O espaço é organizado a partir da composição de verdadeiros quadros vivos, e o tempo é regimentado a fim de estabelecer o que e como cada corpo irá realizar em cada segundo, cada minuto, cada hora. A noção de esquadramento de Foucault (1987) e a de enquadramento de Ariès (1981) são oriundas dessa composição. Observa-se que, quando mais se queria cobrir, moralizar, corrigir e canalizar as ações e o corpo da criança, mais rigorosa foi se tornando a disciplina nas escolas. A história das instituições escolares tem uma relação direta com as representações sociais em torno da criança e, da mesma forma, a história das instituições escolares é também uma história do corpo e, entre tantos, do corpo da criança.

O disciplinamento do corpo e do espaço é sustentado e produzido por meio da composição de diferentes forças. Essas estão presentes, por exemplo, nos instrumentos externos à escola, nos pressupostos teóricos presentes nos documentos pedagógicos governamentais ou nos instrumentos produzidos no interior das escolas, como os livros de ocorrência, listas de chamada, ou ainda, nos diferentes artefatos utilizados e produzidos nos espaços escolares, como: brinquedos, imagens decorativas e ornamentais utilizadas nas instituições, livros destinados às crianças e toda literatura produzida *sobre* ou *para* crianças.

Foucault (1995) compreende que as práticas divisórias e as que operam pelo dispositivo da sexualidade se inscrevem nos corpos dos indivíduos funcionando como modos de objetivação; e são, no caso, pelos modos de objetivação que os indivíduos são subjetivados e se transformam em sujeitos. O dispositivo da sexualidade produziu certos tipos de normalidade, dividindo os indivíduos em categorias que são identitárias, como sujeitos meninos, sujeitos meninas, sujeitos homossexuais, sujeitos negros, entre outros. Tal como afirma Butler (2007, p. 156), “a formação do sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo”, o que torna possível compreender que as linhas de subjetivação estão presentes nas práticas que dividem as crianças *meninas* e as crianças *meninos* nas instituições escolares ou no modo pelo qual a homossexualidade é tomada nesses lócus como referência de uma sexualidade bizarra, perversa e anormal, e estão presentes, também, no modo pelo qual os sujeitos meninos negros são representados, por meio de uma sexualidade mais exaltada e mais latente em relação à

sexualidade dos meninos brancos, por exemplo. Essas práticas produzem efeitos sobre os indivíduos, subjetivando-os de maneira específica e identitária.

As práticas médicas são aquelas que elevaram a infância ao estatuto de ciência. A medicina (e mais especificamente a psiquiatria) produziu a infância a fim de estabelecer um comportamento normal para o adulto. Estabeleceram com a masturbação infantil uma espécie de efeito somático sobre o qual todas as enfermidades adultas poderiam ser explicadas. A medicina e a psiquiatria se utilizaram de técnicas disciplinares para manipular, controlar e especialmente higienizar e *curar* os corpos. Mas essa manipulação não se efetivou exclusivamente nos corpos individuais, mas, sobretudo, no conjunto da população, no “corpo-espécie” como diz Foucault (2005), de modo a esquadrihar e regimentar também todos os fenômenos oriundos dessa nova demanda que foi a população.

O processo de esquadrihamento da população, movido por práticas médicas, tornou visível e enunciou como referência determinados modos de se comportar, de se vestir, de se alimentar, de cuidar do corpo, de habitar, de se relacionar e de ter parceiros sexuais, etc. Os pressupostos higienistas, aliados aos eugenistas tornaram visível determinado corpo infantil, que era enunciado, por exemplo, por meio de criança robusta, majoritariamente apresentada por meio da criança branca, eugênica. Tornou visíveis também, determinadas formas de se relacionar com as crianças pobres e as medidas tomadas para retirá-las das ruas, agrupá-las em certos estabelecimentos, torná-las *limpas*, higienizadas e, na medida do possível, culturalmente brancas.

Os pressupostos higienistas incidiram, de igual modo, sobre a sexualidade dos casais, incentivando e incitando-os à formação da família nuclear e alocando à mulher um papel efetivo na educação e no cuidado das crianças. Os médicos higienistas alegavam que a amamentação feita pelas amas de leite poderia prejudicar a criança com seus maus hábitos morais e higiênicos. Dito de outra forma, o abandono das crianças às amas de leite foi *cientificamente* criticado pelos médicos higienistas de modo que a figura materna passa ocupar uma centralidade absolutamente estratégica para a vida e a sobrevivência das crianças. As práticas médicas, portanto, tornam visíveis e enunciam também uma forma familiar, centrada no cuidado e na vigia da criança.

A invenção da infância – como critério de comparação e produção de comportamento normal e, sobretudo, perverso – as ações sobre as

crianças pobres, o recolhimento delas das ruas, seu enclausuramento, assepsia, higienização e educação, e, por outro lado, a visibilidade de uma criança branca, higienizada e eugênica, bem como, por fim, a ação sobre os casais e a visibilidade da família nuclear e do papel da figura materna sobre a criança fizeram com que as práticas médicas fossem postas como ações em nome da proteção e da defesa da sociedade. Essa seria, pois, a função estratégica maior que compôs às crianças toda uma forma de ser-e-ter uma infância via diferentes processos de educação.

As práticas médicas, as práticas pedagógicas e as práticas divisórias de gênero e sexualidade configuram as linhas de enunciação, de visibilidade, de força e de subjetivação que caracterizam e compõem um dispositivo. Essas linhas operam sobre as crianças configurando-lhes um modo de viver sua infância e, por essa razão, é possível pensar na infância como um dispositivo.

Há reflexões que convergem com essa perspectiva ora apresentada, como, por exemplo, a de Corazza (2000; 2001), para o qual o surgimento da infância é um sentimento “natimorto”, pois nasce atrelado a outros sentimentos *infames* na cultura ocidental, sujeitos ao controle e à dependência do *Sujeito-Verdadeiro*, *Sujeito-Referência*, *Sujeito-Padrão*, que é o *Sujeito-Adulto*. Concomitantemente ao sentimento de infância, surgem inúmeros dispositivos que atuam no sentido de corrigir, reparar, consertar a criança que habita essa infância, para que, tão logo dela se liberte, possa se tornar adulto. Entretanto, se a infância já nasce objetivando seu próprio fim, para o que nasce, qual é o seu propósito? Para a autora, o processo de infantilização das crianças é tão necessário quanto o processo de adultização dos adultos. A infantilização é o modo pelo qual se cria o *outro*, diferentemente do adulto, da norma, do *Sujeito-Referência*. Assim, Corazza (2001, p. 7) compreende que “olhando para sua suposta infância, os adultos se afirmaram como O Verdadeiro, a quem todos os diferentes devem se assemelhar. Por isso, precisamos dos infantis: para conhecer melhor, por contraste, a nossa essência e comprovar como somos normais”.

Para Corazza (2000; 2001), a *infantilização* é um dispositivo que age como um processo necessário para decifrar “este pequeno-outro” e, por consequência, a nós mesmos, como adultos.

Dessas reflexões podemos compreender que a existência do *Sujeito-Infantil* serve como elemento de comparação entre sujeitos adultos e crianças, serve para criar antagonismos mencionados por Foucault

(1995); serve, também, para manter a família nuclear; serve, assim, também, como complementaridade ao dispositivo da maternidade (MARCELLO, 2009); e ainda, serve à pedagogia, pois ela se reconfigura e se constrói juntamente com as representações sociais em torno das crianças. Pode-se dizer que todas essas funções estratégicas operam em cada criança e em todas ao mesmo tempo. Mas esse processo não ocorre sem resistências ou “linhas de fuga”, pois essa compreensão viria de encontro à própria noção de poder e de dispositivo elaborada por Foucault.

Considerações finais

O artigo procurou investir na ideia de que a infância é, tal como a sexualidade, um dispositivo histórico do poder. A reflexão proposta procurou apresentar a ideia de que, a partir do momento em que a criança se torna um dos grupos estratégicos do dispositivo da sexualidade, produz-se sobre ela um conjunto heterogêneo de regimes de verdades e práticas o qual configura uma maneira de ser-e-ter uma infância, influenciando significativamente nas perspectivas pedagógicas modernas. Ou seja, o artigo procurou elucidar que o processo de pedagogização do sexo das crianças envolve diferentes práticas que se inscrevem no corpo, do corpo individual ao corpo espécie. Nesta abordagem, não é possível pensar em infância de forma desassociada do conceito de sexualidade. A ideia de infância surge na mesma medida em que surgem discussões sobre sexualidade. A preocupação com o corpo e, entre tantos, com o corpo da criança, é que vai redimensionar a noção moderna de infância. A criança é esse corpo individual aquém e já no sexo. A infância desenha, emoldura e configura uma maneira de as crianças serem e viverem, inclusive, o sexo; a infância é o corpo-espécie.

O artigo traz como elemento construtivo esta preposição – a infância é um dispositivo. Para elucidar tal proposta, retoma-se o processo histórico de percepção do corpo e da sexualidade e a maneira pela qual a pedagogia foi sendo mobilizada a partir desse olhar sobre o corpo da criança. Apresenta-se como discussão central a noção de dispositivo. Destaca-se que o conceito de dispositivo é pouco trabalhado por Foucault, embora atravessasse boa parte de sua obra. Na perspectiva de contribuir com a elucidação desse conceito, o texto se detém à sua compreensão, dialogando com Agamben, Veyne e Deleuze. Diz-se que o dispositivo é rede que se forma entre diferentes elementos, e que essa rede é composta

por linhas de visibilidade e de enunciação, por linhas de força e de subjetivação. Essas características do dispositivo são apresentadas por meio de diferentes práticas que compuseram a infância moderna, tais como: as práticas pedagógicas, as práticas divisórias e identitárias de gênero e de sexualidade e as práticas médicas. Essas práticas agem no sentido de disciplinar o corpo das crianças, constituindo-as em sujeitos infantis, estabelecem uma pedagogia e uma ciência da infância, regulamentam e normalizam a população infantil no interior de um regime de verdade sobre a infância, ocupando-se estrategicamente da preservação dessa outra espécie: a criança.

Referência

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* Outra travessia n. 5, Florianópolis, 2005.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. *Educação e Realidade*, v. 4, n. 1, p. 25-44, 2000.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 153-172.
- CORAZZA, S. Mara. *História da infância sem fim*. Ijuí- RS: Ed. da Unijuí, 2000.
- CORAZZA, S.M. O que faremos com o que fizemos da infância? In: LINHARES, C.; GARCIA, R. L. (Org.). *Simpósio Internacional Crise da Razão e da Política da Formação Docente. Anais do Simpósio Internacional Crise da razão e da política da formação docente*. Rio de Janeiro, RJ: Ágora da Ilha, 2001. p. 53-64.
- CORAZZA, S. M. *Infância & Educação: era uma vez... Quer que conte outra vez?* Petrópolis: Vozes, 2002.
- DELEUZE, G. Que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. *Vigília e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Por que estudar o poder: a questão do sujeito. In: DREYFUS, H. L.; RABYNOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-251.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: M. Fontes, 2001.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: M. Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- GONDRA, José G. A sementeira do por vir: higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000.
- MARCELLO, Fabiana. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 2, p. 226-241, jul./dez. 2009.
- MORUZZI, Andrea Braga. *A pedagogização do sexo da criança: do corpo ao dispositivo da infância*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar: São Carlos, 2012.
- NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder: a conformação da pedagogia moderna*. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp: Campinas, 1993.
- VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Texto & Grafia, Ltda., 2009.

Submetido em 11 de fevereiro de 2016.
Aprovado em 22 de dezembro de 2016.